



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Direitos Humanos, Igualdade Racial e Defesa do Consumidor		
Reunião: 39ª Ordinária	Sessão legislativa: 1ª	Legislatura: 19ª
Data: 6/12/21		
Horário de início: 13h34min		Horário de encerramento: 15h2min
Local: Plenário Paulo Portugal		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Nikolas Ferreira e com a presença das vereadoras Bella Gonçalves e Macaé Evaristo, suplente da vereadora Bella Gonçalves, e dos vereadores Miltinho CGE e Ramon Bibiano da Casa de Apoio, todos em presença remota, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

O presidente comunicou a inversão da ordem de apreciação da pauta, que passou a ser a seguinte:

ORDEM DOS TRABALHOS

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.694/21 - pedido de informação ao prefeito Alexandre Kalil e à secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares, com a finalidade de “obter informações sobre questões relacionadas tratadas na 7ª sessão plenária ordinária virtual de 2021 do CMDCA-BH, de 18 de outubro de 2021, publicada no DOM em 27 de novembro de 2021”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Aprovado, por unanimidade.

2) Requerimento de Comissão nº 1.700/21 - alteração de lista de convidados de audiência pública com a finalidade de “debater sobre a comercialização de produtos por ambulantes durante o carnaval em Belo Horizonte. Há solicitação de elaboração de Nota Técnica”. Autoria: vereador José Ferreira.

Aprovado, por unanimidade.

3) Requerimento de Comissão nº 1.713/21 - pedido de informação à secretária municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania, Maíra da Cunha Pinto Colares, com a finalidade de “obter informações sobre a questão das famílias em situação de rua”. Autoria: vereadora Macaé Evaristo.

Aprovado, por unanimidade.

4) Requerimento de Comissão nº 1.723/21 - pedido de informação à Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - com a finalidade de “obter informações em relação às câmeras do sistema Olho Vivo de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Ciro Pereira.

Aprovado, por unanimidade.

EM SEGUNDO TURNO: 5) Projeto de Lei nº 117/21 - “Institui a Política de Dados Abertos dos Poderes Públicos em Belo Horizonte”. Autoria: vereadora Fernanda Pereira Altoé.

O presidente declarou a perda de prazo da comissão, uma vez que a relatora, vereadora Bella Gonçalves, não emitiu parecer.

EM PRIMEIRO TURNO: 6) Projeto de Lei nº 214/21 - “Impõe aos condomínios residenciais e comerciais no Município de Belo Horizonte a obrigatoriedade de comunicar os órgãos de segurança pública quando houver em seu interior a ocorrência ou indícios de episódios de violência doméstica e familiar



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

contra mulheres, crianças, adolescentes ou idosos”. Autoria: vereadora Macaé Evaristo.

O vereador Nikolas Ferreira discutiu o projeto.

Aprovado, com voto contrário do vereador Nikolas Ferreira, o parecer do relator, vereador Walter Tosta, pela aprovação.

OUTROS ASSUNTOS DA COMISSÃO

O presidente deu ciência aos demais membros da comissão do recebimento de ofício em resposta ao Requerimento de Comissão nº 1.469/21.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Finalidade: debater sobre a comercialização de produtos por trabalhadores ambulantes durante o carnaval em Belo Horizonte

Requerimento de Comissão nº: 1.640/21

Autoria: vereadora Macaé Evaristo

O presidente transferiu a presidência para a vereadora Macaé Evaristo.

Compuseram a mesa, em presença remota: 1) o diretor-presidente da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A. - Belotur, Gilberto César Carvalho de Castro; 2) a vice-presidente do Sindicato dos Pipoqueiros, Renata Soares; 3) o representante do Sindicato Profissional dos Pipoqueiros da Grande BH, Jarbas Aredes Júnior; 4) o presidente da Associação dos Camelôs de Belo Horizonte, Adjailson de Andrade; 5) o representante dos ambulantes e vendedores de frutas, Allifer Assis; 6) o superintendente da Guarda Civil Municipal de Belo Horizonte - GCMBH, Júlio César, representando o secretário municipal de Segurança e Prevenção, Genilson Ribeiro Zeferino.

A presidenta disse que o tema da audiência pública extrapola o período do carnaval, pois refere-se a todos os grandes eventos da cidade de Belo Horizonte e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

diz respeito ao sustento e à sobrevivência dos ambulantes. Observou a importância de debater o tema, uma vez que os ambulantes têm enfrentado diversas dificuldades e entraves para seu trabalho. Afirmou que, nos grandes eventos, as pessoas que trabalham na rua não são chamadas para deliberar sobre o assunto ou discutir os múltiplos aspectos nos quais estão envolvidas. Complementou que no carnaval de 2022 ocorrerão festas privadas nas quais o trabalho dos ambulantes não será permitido.

A vereadora Bella Gonçalves afirmou que a situação dos ambulantes é delicada. Acrescentou que, no atual estágio de retorno das atividades econômicas na cidade de Belo Horizonte, é fundamental que os trabalhadores informais e ambulantes sejam incluídos. Declarou que o modo como a PBH tem lidado com esses trabalhadores demonstra falta de interesse por essas pessoas. Observou que o carnaval de Belo Horizonte, em 2022, está se configurando como uma festa privada e acrescentou que os trabalhadores ambulantes não poderão ser incluídos nesse evento. Afirmou que os vendedores de bebidas, chamados caixeiros, também não são regulamentados e devem receber maior atenção das autoridades municipais.

Renata Soares disse existir uma grande variedade de eventos na cidade de Belo Horizonte. Complementou que a luta dos ambulantes é por respeito, ou seja, que eles sejam ouvidos durante a organização e o planejamento dos eventos, que haja diálogo entre as partes envolvidas e escuta dos interesses dos profissionais que trabalham na rua. Afirmou ser fundamental a participação dos ambulantes na construção, planejamento e execução dos eventos. Declarou que os trabalhadores



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ambulantes estão marginalizados e que merecem a atenção e o respeito das autoridades públicas.

Registre-se a presença remota do vereador Rogerio Alkimim, suplente do vereador Nikolas Ferreira.

Allifer Assis disse que o tema da audiência pública refere-se ao trabalho durante o carnaval, mas é fundamental discutir o trabalho dos ambulantes durante os mais variados eventos, especialmente durante os jogos de futebol. Disse que 18 mil ambulantes estão cadastrados para o evento do carnaval. Observou a importância de propiciar condições de trabalho a essas pessoas, uma vez que elas dependem de seu ofício para ter as mais básicas condições de subsistência. Destacou a relevância do carnaval para os ambulantes, pois trata-se do evento no qual esses trabalhadores alcançam a maior renda.

Júlio César disse que o cadastramento e a maior organização dos ambulantes são interessantes ao trabalho e à fiscalização exercidos pela GCMBH. Complementou que compete à GCMBH fiscalizar os ambulantes de maneira delegada, uma vez que a competência primária para tal é da Subsecretaria Municipal de Fiscalização.

A presidenta afirmou que os trabalhadores ambulantes são vítimas do tratamento ostensivo das forças policiais. Acrescentou que por meio do diálogo e da escuta devem-se encontrar alternativas para que isso não ocorra.

Jarbas Júnior afirmou que existem quatro pontos na pauta dos trabalhadores ambulantes. O primeiro deles, segundo Jarbas Júnior, é que os trabalhadores informais sejam ouvidos. Disse que tem ocorrido aumento da atividade informal no Brasil e que as formas de constituição de renda direcionam-se cada vez mais para a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informalidade. Declarou que existe um conflito entre dois polos opostos nos encerramentos dos grandes eventos: de um lado, as forças de segurança e de limpeza, as quais têm o objetivo de dispersar o público do evento; de outro, os trabalhadores ambulantes, que acabam sendo vítimas das forças de segurança, cuja ação, segundo Jarbas Júnior, ocorre muitas vezes de forma violenta.

A presidenta perguntou a Gilberto de Castro sobre a possibilidade de criação de uma mesa de negociação permanente, composta por ambulantes e autoridades municipais. Também indagou se há uma forma de evitar e regulamentar as exigências e imposições que as empresas privadas patrocinadoras dos eventos fazem aos ambulantes.

Gilberto de Castro afirmou que Belo Horizonte é a única capital com grande carnaval em que as empresas patrocinadoras não impõem aos ambulantes a exclusividade de venda de bebidas alcoólicas. Disse que é impossível que o carnaval aconteça sem a presença dos trabalhadores ambulantes. Declarou que as associações de pipoqueiros e de ambulantes são sempre chamadas para o planejamento dos eventos relacionados ao carnaval, como, por exemplo, o desfile das escolas de samba. Disse que Belo Horizonte é a única capital que não limita o número de ambulantes durante o carnaval. Observou que a PBH não se furtou a dirigir sua atenção aos trabalhadores afetados pela pandemia. Acrescentou que o momento sanitário atual não permite que a PBH avalize e patrocine o carnaval.

A presidenta disse que, enquanto funcionária da PBH, participava da formação das agendas dos ambulantes. Afirmou crer que esses trabalhadores eram obrigados a comprar produtos das empresas patrocinadoras dos eventos. Observou que foi importante o esclarecimento feito por Gilberto de Castro para desmitificar a



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

obrigação supracitada. Afirmou que haverá uma série de festas privadas durante o carnaval; por esse motivo, indagou a Gilberto de Castro como será o cadastramento dos trabalhadores e se haverá permissão de trabalho aos ambulantes em tais eventos.

Gilberto de Castro observou que existe uma cadeia produtiva nas confraternizações privadas e que muitos trabalhadores se beneficiam desses eventos. Disse que não cabe à PBH regular como a iniciativa privada organizará as festas. Destacou a impossibilidade de os órgãos municipais gerirem e fiscalizarem os eventos particulares. Disse que os ambulantes poderiam ser incluídos nas ocasiões citadas, tendo em vista que o oferecimento de comidas e bebidas faz parte desses eventos.

A presidenta disse que a PBH, ao conceder a licença para a realização dos eventos privados, poderia, de alguma forma, incluir o trabalho dos ambulantes, permitindo-lhes exercer suas atividades nessas ocasiões.

A vereadora Bella Gonçalves disse ter receio de que o carnaval de Belo Horizonte se transforme em um evento privatizado, com catracas, e que impeça o trabalho de ambulantes e a participação popular. Observou a importância de se desenvolver um carnaval sustentável, que inclua não só os ambulantes, mas também os trabalhadores que coletam resíduos sólidos.

Allifer Assis indagou como ficará a situação de trabalho dos ambulantes no carnaval de 2022.

Jarbas Júnior disse que o carnaval com catracas marginaliza toda a população de baixa renda e afeta o trabalho dessas pessoas. Destacou que, ao mesmo tempo em que os eventos privados propiciam o trabalho de determinada



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

camada de trabalhadores, os eventos públicos geram oportunidade e renda a um número muito maior de pessoas. Afirmou que a pauta sustentada por ele é que os ambulantes sejam ouvidos e considerados pelas autoridades públicas na construção e planejamento dos eventos.

Gilberto de Castro disse que a situação específica do carnaval de 2022 em Belo Horizonte, gerada pela pandemia, não traduz a política pública da PBH. Acrescentou que todos os esforços dos órgãos municipais, nos anos anteriores, foram direcionados à democratização da festa popular. Afirmou que a decisão da PBH de não realizar o carnaval de 2022 baseou-se em critérios técnicos, fundamentados em dados sanitários e de saúde. Afirmou que o Poder Executivo municipal tem adotado uma série de medidas para possibilitar aos ambulantes condições dignas de trabalho.

A vereadora Bella Gonçalves afirmou que existe o interesse de um segmento da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH, o qual está articulado com o setor de eventos privados, de privatizar o carnaval de Belo Horizonte e extinguir o seu caráter democrático e popular. Disse haver um nível baixíssimo de diálogo da PBH com os trabalhadores ambulantes, catadores e com aqueles que tratam de resíduos sólidos, os quais não são chamados para dialogar e ter seus interesses ouvidos pelas autoridades públicas municipais.

Renata Soares disse que, embora não haja obrigatoriedade de venda dos produtos dos patrocinadores dos eventos, os ambulantes realizam propaganda gratuita para tais empresas. Observou existir uma crença, entre seus colegas, em relação à exclusividade da venda das mercadorias dos patrocinadores e de que



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

estes exercem pressão para que os trabalhadores vendam, com exclusividade, seus produtos.

Gilberto de Castro afirmou não existir a obrigatoriedade de venda dos produtos dos patrocinadores dos eventos. Complementou que cabe aos ambulantes escolher se comprarão os produtos das empresas patrocinadoras ou de outras.

A vereadora Bella Gonçalves afirmou que, no carnaval de 2017, a equipe jurídica de seu gabinete compartilhado construiu uma ação judicial contra o monopólio. Acrescentou que, no julgamento da ação, a Justiça determinou que não pode haver obrigatoriedade do uso de sombrinhas ou da venda de bebidas específicas por ambulantes.

A presidenta apresentou as seguintes indicações: inclusão da representação sindical dos ambulantes, pipoqueiros e catadores na construção e no planejamento dos grandes eventos de Belo Horizonte; requerimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de inclusão de membros das associações e sindicatos supracitados em políticas públicas de qualificação profissional e em outras de escopo mais amplo; requerimento à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG - de reunião para tratar do relacionamento entre ambulantes e sindicatos; solicitação, aos organizadores de eventos, de inclusão dos ambulantes, pipoqueiros e catadores de material reciclável em eventos privados realizados em locais públicos. Reiterou, por fim, a necessidade de ampliação do cadastramento dos trabalhadores da rua.

ENCERRAMENTO

